

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: CAMINHOS DESCOLONIZANTES NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE PROFESSORES/AS DO MACIÇO DE BATURITÉ

Camila Arruda Pereira¹
Karolyne Oliveira Gomes²
Tiago Morais De Freitas³
Antonio Jhonata De Oliveira Lima⁴
Evaldo Ribeiro Oliveira⁵

RESUMO

O presente trabalho objetiva socializar as atividades da pesquisa intitulada: “Pedagogias das Relações Étnico-Raciais: Práticas Educativas de Professores/as, desenvolvida por estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com orientação do Professor Evaldo Ribeiro Oliveira. A pesquisa buscou compreender quais práticas pedagógicas que professores/as do Maciço de Baturité estão desenvolvendo para a educação das relações étnico-raciais. Esta é uma pesquisa qualitativa, que utilizou o método bibliográfico e aplicação de questionários. Durante as atividades realizou-se estudos de textos referentes a educação das relações étnico-raciais no contexto do Brasil. Após estes estudos foram elaborados questionários, para posteriormente serem enviados a professores/as, que atuam em municípios vizinhos a Unilab. As questões tiveram por objetivo conhecer quais atividades estão sendo realizadas e como vem contribuindo para a formação dos/as estudantes negros e não negros. Através dos questionários identificou-se que estão sendo realizadas práticas pedagógicas de acordo com a lei 10.639/2003, porém, tantas vezes este trabalho ainda é realizado de forma individual pelos/as professores/as, pois, de acordo com as respostas obtidas nos questionários, nas escolas onde atuam não existe formação específica para a educação das relações étnico-raciais. A pesquisa constatou que a implementação da lei 10.639/2003 traz novas perspectivas para a formação dos/as estudantes. A partir desta proposta, os conteúdos ensinados passam a contribuir na formação de cidadãos autônomos e com uma identidade positiva.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas Lei 10639/2003 Maciço de Baturité .

UNILAB, Instituto de Humanidades, Discente, camilaarruda385@gmail.com¹
UNILAB, Instituto de Humanidades, Discente, karolyne1226@gmail.com²
UNILAB, Instituto de Humanidades, Discente, tiagomorais@aluno.unilab.edu.br³
UNILAB, Instituto de Humanidades, Discente, lima.ajo2706@gmail.com⁴
UNILAB, Instituto de Humanidades, Docente, evaldo@unilab.edu.br⁵



INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte das atividades da pesquisa: Educação das relações étnico-raciais: práticas educativas de professores. Assim sendo, vem apresentar a pesquisa que está sendo desenvolvida e suas contribuições para o campo da educação. A pesquisa busca identificar e compreender práticas educativas de professores/as da região do Maciço do Baturité para a educação das relações étnico-raciais.

Durante as atividades da pesquisa foram estudados materiais que permitem vislumbrar o contexto vivenciado no Brasil de negação da identidade negra, todo o processo de lutas e conquistas do movimento negro para conseguir instaurar neste país leis de reconhecimento e valorização da pessoa negra. Este movimento social obteve marcos significativos, como a lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura Africana e Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos públicos e particulares de ensino.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, que utilizou o método bibliográfico e aplicação de questionários. As atividades foram realizadas em um contexto de isolamento social, devido a pandemia de coronavírus. Logo, o contato com o orientador da pesquisa e demais integrantes do grupo ocorreu de forma virtual.

O primeiro contato com o grupo foi realizado pela plataforma google meet, onde foram traçados caminhos para o desenvolvimento da pesquisa no contexto de pandemia. As reuniões passaram a acontecer de forma virtual, semanalmente, pela plataforma google meet. O orientador da pesquisa indicou textos relacionados à pesquisa a serem lidos e debatidos nas reuniões.

Para o contato com os/as participantes elaborou-se inicialmente um questionário, no google forms, enviado posteriormente a professores do Maciço de Baturité. Entretanto, foram obtidas poucas respostas. Então enviou-se o questionário para professores mais próximos dos/as pesquisadores, com questões abertas sobre as atividades realizadas nas práticas educativas em que a lei 10.639/2003 é aplicada na prática. Os questionários foram enviados pelo aplicativo Whatsapp, a docentes que atuam em municípios vizinhos a Unilab, que serão analisados posteriormente, na próxima etapa da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos que vem sendo desenvolvidos durante a pesquisa permitem compreender como muitas relações sociais se encontram comprometidas pelo processo de colonização, que influenciou e vem influenciando ao longo dos séculos a representação sobre a população negra no Brasil. Em razão dos malefícios que a escravização trouxe para a população brasileira, não é raro encontrar pessoas que, educadas em meio a práticas racistas e excludentes, oprimem outras de formas cruéis e desumanas, seja em condições de trabalho, nas relações sociais ou na escola.

Desse modo, o Brasil, formado em sua maioria por pretos e pardos, não reconhece na cultura negra suas origens étnicas, ocorrendo sua invisibilização em detrimento da valorização de traços europeus, e negando-se, a população negra, o reconhecimento e valorização que lhe é devido. Isto está presente na forma como as relações sociais estão impostas, com presença de um ideal de branquidão. Assim,

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido



gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. (Brasil, 2004, p.14)

Em vista disto, é preciso se contrapor as relações humanas que se encontram perpassadas por uma série de situações que pessoas negras enfrentam no meio social, marcado por uma notória “superioridade” do indivíduo branco sobre o negro. Tudo isto é reafirmado por meio de baixo acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego dignas, ainda com olhares e expressões corporais, que reafirmam, a todo momento, o preconceito e discriminação racial existentes no Brasil.

Isto acontece devido ao imaginário social negativo, estabelecido desde os tempos de colonização e que ainda perduram no século XXI. Contudo, o movimento negro vêm aos poucos romper com esta mentalidade por séculos produzida e reproduzida nas relações sociais, que tem relação direta em como a pessoa negra se reconhece e em sua percepção como ser humano.

Assim, Silva (2007, p.491), mostra que: “Para desencadear, executar, avaliar processo de educação das relações étnico-raciais é preciso que se compreenda como processos de aprender e de ensinar têm se constituído, entre nós, ao longo dos 507 anos de história de formação da nação.”

A lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e sua implementação mostra perspectivas de mudanças, que devem começar na escola, de romper com tudo que de forma implícita ou explícita, contribui para a manutenção do racismo, em um país que não se reconhece racista, porém oprime a pessoa negra de forma desumanizante.

Nesta perspectiva, as respostas obtidas através dos questionários com as professoras participantes da pesquisa mostraram que existe um trabalho sendo realizado em suas práticas educativas sobre as relações étnico-raciais, contudo, afirmam a falta de formação para a realização destas atividades.

Questionadas sobre as atividades realizadas, uma das entrevistadas disse usar livros infantis com personagens negros e indígenas e leituras de fábulas africanas. A entrevistada número 2, diz que as atividades realizadas: “Melhora na autoestima dos alunos negros. Diminuição de atitudes preconceituosas.” E pontua que: “Maior dificuldade seria a falta de formações relacionadas a esse tema.”

As respostas obtidas por meio dos questionários evidenciam que o trabalho realizado interfere na concepção que as crianças negras têm de si, que passam a se afirmar de forma positiva, despreendendo-se assim dos estereótipos impostos pela sociedade opressora.

Nesse sentido, Gomes (2012) enfatiza que:

A educação escolar, como espaço-tempo de formação humana, socialização e sistematização de conhecimentos, apresenta-se como uma área central para a realização de uma intervenção positiva na superação de preconceitos, estereótipos, discriminação e racismo. Portanto, a adoção da Lei e sua concretização em práticas pedagógicas baseadas na educação para (e na) diversidade demandam a reorganização desse locus numa perspectiva emancipatória, a revisão da cultura escolar, de currículos, de práticas pedagógicas e de relações sociais entre os envolvidos nesse processo, enfatizando a especificidade do segmento negro da população. Tal transformação diz respeito ao reconhecimento da educação, sobretudo a escolar, como um direito de todos e, por conseguinte, da população negra. (GOMES, 2012, p. 24)



Por conseguinte, a construção social do Brasil, repleta de opressão e silenciamento, que não permitia ver a cultura negra sob outra perspectiva, porque se ensinava a negar tudo o que é diferente, que foge do padrão, está sendo transformada através da educação das relações étnico-raciais, implementada nas escolas do Brasil.

CONCLUSÕES

Os estudos realizados revelam que práticas estereotipadas sobre pessoas negras, impostas no processo de colonização, ainda persistem nas relações humanas. Porém, o movimento negro vem se contrapondo a isso, e a educação se mostra como uma forma possível de ressignificar as relações sociais, a representação de ser humano e reconhecimento de cada pessoa em sua humanidade, independentemente da cor de pele.

A pesquisa constata também que a implementação da lei 10.639/2003, traz novas perspectivas para a formação dos/as estudantes. A partir desta proposta os conteúdos ensinados passam a contribuir na formação de indivíduos com autonomia e identidade positiva, capazes de romper com tudo o que nega a pessoa negra sua humanidade e reconhecimento.

A pesquisa permite a disseminação do conhecimento no campo da educação das relações étnico-raciais e contribui para a formação de futuros docentes com autonomia para trabalhar esse assunto em projetos pessoais e profissionais, críticos em relação a formas de invisibilização e preconceito racial existentes e perpetuados em práticas educativas desde os tempos de colonização. Assim, capazes de promover uma educação decolonial em sua carreira profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ), pelo financiamento da pesquisa, à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG). Agradeço ao professor Evaldo Ribeiro Oliveira, por sua disposição em realizar a pesquisa, pelas orientações e pelos inúmeros saberes compartilhados no grupo de pesquisa. Também aos demais membros do grupo de pesquisa e as professoras que aceitaram participar das entrevistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. **Parecer CNE/CP 003/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.** Brasília, 2004.



Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Nilma Lino Gomes (org.). 1. ed. -- Brasília : MEC ; Unesco, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 63, p.489-506, 2007.

